

Sobre a importância dos conceitos de independência e dependência das variáveis em história e nas ciências sociais.

Capítulo 4

A INTERDEPENDÊNCIA DE VARIÁVEIS

HÁ POUCO TEMPO assisti a uma conferência em uma universidade americana de renome, na qual fazia parte um eminente grupo de cientistas políticos. Os estudos de casos eram o tema – como fazê-los e, sobretudo, como extrair generalizações significativas deles. Durante as apresentações, debateu-se muito, como sempre ocorre quando cientistas sociais se reúnem, sobre a necessidade de distinguir variáveis independentes e dependentes. Uma questão foi colocada com frequência: “Como podemos excluir a variável independente?”

Já participei de diversos encontros como esse no passado e sempre achei difícil responder a esse tipo de perguntas. Em parte porque toda essa discussão sobre “exclusão” me fazia imaginar meus colegas acadêmicos como cabeleireiros extirpando cabelos, o que era divertido. O problema maior, no entanto, é que os historiadores não pensam em termos de variáveis independentes e dependentes. Admitimos a interdependência das variáveis, quando traçamos suas interconexões através do tempo. Classificá-las em categorias separadas não nos é muito útil.

Entretanto, por algum motivo, durante os debates inocentemente ergui a mão e perguntei: “Como, à parte Deus, se ele ou ela exist

te, pode haver uma variável independente? Todas as variáveis independentes dependem umas das outras?” Claro que esperei uma rápida e clara resposta para uma questão tão simples. Mas, para minha grande surpresa, seguiu-se um breve período de silêncio ao redor da mesa durante o qual houve trocas de olhares, como diria, desconcertadas. Depois um dos professores disse: “Bem, continuando...”

Primeiro, decidi não dar muita importância ao fato. Será que minha pergunta foi tão ingênua que o silêncio tenha sido uma maneira educada para expressar surpresa de que alguém a tivesse formulado? Quanto mais pensei no assunto, contudo, percebi que inadvertidamente formulara um pressuposto básico que os praticantes de uma disciplina acham um fato natural e, portanto, têm dificuldade de explicá-lo.¹ Reflexões posteriores levantaram a possibilidade que essa diferença específica do método de trabalho e dos historiadores e dos cientistas políticos poderia ser um reflexo de uma divergência maior de métodos de pesquisa, separando a história das ciências sociais em geral.

É, fundamentalmente, a distinção entre uma visão *reducionista* e *ecológica* da realidade. Gostaria de explorar essa diferença neste capítulo, enfocando em especial como ela pode estar relacionada à diferença entre ciências laboratoriais e não-laboratoriais que discutimos no capítulo anterior – entre as ciências que podem reapresentar experimentos e as que não são capazes. Considerarei a defasagem entre o pensamento histórico e o da ciência social, que minha pergunta simples sobre variáveis independentes suscitou de forma tão inesperada.

Na minha opinião, o reducionismo é a crença pela qual podemos entender melhor a realidade fragmentando-a em várias partes. E, na matemática, procura-se uma variável dentro de uma equação que determina o valor de todas as outras. Ou, de modo mais simpl

§ SOLAR

procura-se o elemento cuja remoção de uma cadeia causal alteraria o resultado. O fato de que causas podem ser classificadas hierarquicamente é um ponto crítico para o reducionismo. Invocar uma democracia de causas – para sugerir que um evento possa ter tido muitos antecedentes – é considerado, bem, piegas.³ Como um recente e influente guia sobre o método em ciências sociais assinalou:

Um projeto bem-sucedido é aquele que explica muito em poucas palavras. Na melhor das hipóteses, o objetivo é usar uma única variável explanatória para expressar diversas observações sobre variáveis dependentes. Um projeto de pesquisa que explica em demasia e demasiado não é muito informativo...³

O reducionismo implica, portanto, que existem variáveis independentes, e que podemos identificá-las.

Mas, quando estamos descrevendo a evolução das formas de vida, o movimento dos continentes ou a formação de galáxias, dificilmente podemos fragmentar os fatos em partes pois eles dependem uns dos outros. As espécies sobrevivem, ou se extinguem, não em virtude de alguma superioridade inata ou deficiência, mas em razão do sucesso em adaptar-se ao seu meio ambiente. As falhas geológicas são difíceis de explicar sem um conhecimento das placas tectônicas e o processo interconectado que as faz moverem-se na superfície da Terra. A gravidade assegura que a forma e o local de uma galáxia específica será afetada, mesmo que ligeiramente, pela existência de outras galáxias. Ciências como astronomia, geologia e paleontologia trabalham, em resumo, com uma visão ecológica da realidade.⁴

O reducionismo, portanto, não é o único modo de pesquisa científica. Pois enquanto a abordagem ecológica também valoriza a especificação de componentes simples, ela vai mais além: considera como os componentes interagem para tornarem-se sistemas, cuja natureza não pode ser definida pelo mero cálculo da soma de suas

partes. Ela admite as partículas fundamentais, mas procura colocá-las dentro de um universo igualmente fundamental. O ponto de vista ecológico é inclusivo, mesmo se a perspectiva reducionista é exclusiva; porém, alguém pode reclamar que a inclusão seja procedimento menos “científico” que a exclusão? Ou que as ciências que confiam em um desses métodos são de alguma forma superiores àquelas que utilizam o outro?⁵

Vale a pena, por isso, indagar a origem da pressão para adotar o reducionismo nas ciências sociais. A resposta, creio, é que se trata de uma opção, em detrimento dos métodos de pesquisa ecológicos, de modo ao fato de que os cientistas sociais pensam que ele é a única forma exequível de generalizar sobre o passado, de modo a permitir a visão do futuro.⁶

II

Mas uma dificuldade em relação ao futuro se impõe, visto que não conhecemos bem menos do que o passado. Como o futuro está do outro lado da singularidade que é o presente, tudo o que pode assegurar é que algumas continuidades do passado se prolonguem nele, e lá encontrarão contingências incertas. Certas continuidades serão suficientemente fortes para não ser desviadas pelas contingências; o tempo continuará a passar; a gravidade nos impedirá de escapar para o espaço; as pessoas continuarão a nascer, envelhecer e morrer. Quanto à escolha de suas ações, no entanto, – quando a consciência se torna uma contingência – prever o futuro fica bem mais complicado.

As ciências sociais lidaram com frequência com esse problema negando sua existência. Elas realizam suas atividades com a convicção de que a consciência e o comportamento resultante são afetados, ao menos em termos gerais, a regras – se não leis – cuja existência podemos detectar e cujos efeitos podemos descrever. Uma vez que isso, ou como muitos cientistas sociais durante anos presumiu

seremos então capazes de realizar no campo das atividades do homem algumas das tarefas de explicação e vaticínio que as ciências naturais desempenham rotineiramente.

Existem múltiplos exemplos dessa abordagem – mencionarei aqui somente seis: (1) “escolha racional” de premissas, em ciências econômicas e políticas, que permitam às pessoas avaliar seus interesses precípuos de forma objetiva e com base numa informação precisa sobre as circunstâncias em que vivem; (2) “funcionalismo estrutural” em sociologia, que vê as instituições como componentes necessários às estruturas sociais específicas nas quais estão imersas; (3) a teoria de “modernização”, que insiste que todas as nações devem seguir estágios similares de desenvolvimento econômico; (4) o argumento em estudos organizacionais de que “o lugar onde você está de pé depende de onde você se senta” – também conhecido como a Lei de Mile – que descreve o comportamento das burocracias, pequenas ou grandes, de acordo com uma preocupação predominante com a autopropetuação; (5) a psicologia freudiana, que procura relatar as ações individuais por meio da evocação de um conjunto de impulsos e inibições inconscientes herdados – por todos – na infância; e (6) as teorias “realistas” e neo-realistas sobre relações internacionais, que afirmam que todas as nações buscam, em todas as situações, maximizar seu poder.

Essas simplificações toscas com certeza provocarão ondas de protestos dos especialistas dessas áreas. Penso, entretanto, que possam constituir-se em reflexões do que foi durante muito tempo o “padrão-modelo da ciência social”.⁸ Ou seja, um conjunto de explicações que tendem a ser parcimoniosas, atribuindo o comportamento humano a uma ou duas “causas” básicas, sem reconhecer que as pessoas em geral têm ações complexas. Elas tendem a ser estáticas, negligenciando o aspecto de que o comportamento humano, individual ou coletivamente, pode mudar ao longo do tempo. Elas desejam afirmar uma aplicabilidade universal, porém falham em perceber que culturas diferentes – sem mencionar seres diferentes – reagem a situações similares de formas diversas.⁹ Além

disso, no século passado, eles diferenciaram a ciência social da história, da qual muitas de suas grandes disciplinas se originaram.¹⁰

Então, por que os cientistas sociais fizeram essas afirmações sobre parcimônia, estabilidade e universalidade, quando a mera enumeração desses tópicos mostra seu caráter problemático? Eles o fizeram, creio, por uma razão específica: se eles admitissem as múltiplas causas, ou a passagem do tempo, ou a diversidade cultural ou individual, as explicações proliferariam e os prognósticos seriam difíceis, se não impossíveis.¹¹ Se os cientistas sociais atuarem dessa forma, eles estarão agindo como historiadores que com grande prazer disseminam variáveis todo o tempo.

Somos capazes de realizar essa tarefa, porque nos preocupamos somente com fenômenos que atravessaram a singularidade que separa o passado do futuro, que, por sua vez, reuniram continuidades e contingências. Ninguém espera que desatemos esse vínculo, tal como moléculas do DNA procurando copiar-se. Ninguém requer nosso prognóstico sobre como essas moléculas irão se recombinar no futuro. “O objetivo do historiador é de conhecer o passado e não o futuro”, insistiu R. G. Collingwood, “e sempre que os historiadores proclamarem ser capazes de determinar o futuro antes que ele aconteça, podemos ter certeza de que algo aconteceu de errado com sua concepção fundamental da história.”¹² Ou como Thomasina, a heroína de Tom Stoppard, declarou na peça *Arcadia*: “Não podemos misturar coisas separadas.”¹³

Os historiadores, portanto, são menos solicitados do que os cientistas sociais para fazer recomendações sobre políticas futuras. Entretanto, ao contrário deles, nos consolamos pela possibilidade maior, em geral, de acerto.

III

A maior parte de nós teve a experiência de aprender, como alunos de nosso primeiro ano de aulas de física, que ao demonstrar as leis

de movimento de Newton, não precisaríamos nos preocupar com fricção, resistência do ar ou quaisquer outros problemas cujos efeitos seriam difíceis de calcular. Em vez disso, éramos instados a visualizar pêndulos ideais balançando em vácuos perfeitos, bolas informes rolando abaixo em impossíveis e suaves planos inclinados, além de penas e pedras que caíam na terra ao mesmo tempo – mesmo que nossos olhos se certificassem de que quase nunca as coisas acontecem dessa forma.

Fomos ensinados a formular essas premissas para facilitar o cálculo: era muito difícil medir os efeitos da fricção ou da resistência do ar, ou prever as variações resultantes de cada repetição do experimento. Então, fomos instruídos a “suavizar as informações”, até que elas ilustrassem as leis básicas da física que estavam sendo demonstradas. Não importava se os resultados eram um pouco confusos: o importante era compreender os princípios subjacentes.¹⁴

Porém, vamos observar o que está acontecendo em nossa discussão: o requisito para ser “científico” significa que devemos rejeitar os dados captados pelos nossos próprios poderes de observação. Isso nos remete à filosofia de Platão de formas ideais que nada tinham a ver com o mundo real. Não chegamos perto de prever a queda real, no chão ou em nossos pés, das penas e das pedras que continuam a insistir que as deixemos cair. O cálculo – uma das *técnicas* básicas da ciência – precedeu um dos *objetivos* básicos da ciência, que consiste em prever o que realmente irá acontecer. Os prognósticos que surgirão desses processos, previsíveis demais, quase nunca funcionam.

Por razões similares acontece o mesmo com as previsões nas ciências sociais. A história econômica e política é repleta de exemplos de pessoas fazendo mais escolhas irracionais do que racionais, com base em informações mais imprecisas do que precisas.¹⁵ Os sociólogos questionaram o funcionalismo estrutural em razão de seu viés em favor da estabilidade social e seu fracasso em explicar a mudança social.¹⁶ A teoria de modernização simplificou em dema-

sia os acontecimentos na Ásia, na África e na América do Sul durante a Guerra Fria, enquanto ofereciam uma justificativa pseudocientífica para os objetivos da política externa de Washington.¹⁷ A história organizacional mostra circunstâncias recorrentes de burocracias e seus burocratas agindo de um modo que levou à não-perpetuação de seus interesses.¹⁸ A psicologia freudiana oferece uma explicação inadequada sobre o comportamento humano, sobretudo quando ele é projetado em diferentes culturas e através do tempo, ou quando ele é comparado com explicações fisiológicas.¹⁹ E, claro, a teoria das relações internacionais, organizada em torno do estudo do poder, falha totalmente em explicar por que as duas nações mais poderosas da era moderna escolheram, em certos momentos durante o século XX, abrir mão do poder mais do que retê-lo: os Estados Unidos, em 1919-20, e a ex-União Soviética, em 1989-91.²⁰

Estudantes de ciências sociais são com frequência aconselhados a proceder “como se” essas anomalias não tivessem acontecido. O importante é salvar a *teoria*: não importa se essa conduta “suaviza” ou até mesmo nivela os fatos.²¹ Isso significa, então, que as ciências sociais estão operando – não em todas as ocasiões, mas em muitas –, *grosso modo*, no nível iniciante dos experimentos físicos. Esse é o motivo pelo qual suas previsões só ocasionalmente correspondem à realidade subsequente.

Os cientistas sociais parecem ter concluído que a única maneira de explicar o passado e prever o futuro é a imitação das ciências laboratoriais, com sua capacidade de reproduzir experimentos, variar os parâmetros e, assim, estabelecer hierarquias de causalidades. Eles crêem que seu trabalho não está finalizado, até que separem as variáveis independentes das dependentes. Mas eles só as separam isolando-as do mundo que as circunda.²²

Por conseguinte, temos um impasse metodológico. Os cientistas sociais buscam construir generalizações universalmente aplicáveis sobre assuntos simples, porém, necessários; mas se esses assuntos são um pouco mais complicados, suas teorias universais não se apli-

cam. Portanto, quando os cientistas sociais estão certos, em geral, estão confirmando o óbvio. Quando a obviedade não se confirma, eles freqüentemente estão errados.²³

IV

Porém, o reducionismo é o *único* método para explicar o passado e prever o futuro? Para responder a essa pergunta, retornarei às ciências sociais, desta vez para aquelas como astronomia, geologia e paleontologia que, em virtude de seu âmbito e escala, não se confinam aos laboratórios. Ou, como observei no último capítulo, àquelas ciências que confiam mais no *virtual* do que na reprodução *real* como formas de comprovação.

É certamente possível saber o movimento das galáxias ou dos continentes, ou como as espécies estão evoluindo. Mas esses prognósticos resultam de um conhecimento de sistemas: de como as partes interagem para formar o todo, não sob o enfoque das partes em detrimento do total. Teorias como relatividade, placas tectônicas e seleção natural enfatizam as relações *entre* variáveis, algumas delas contínuas, outras contingentes. A regularidade e o acaso coexistem nessas teorias: elas admitem pontuações que perturbam o equilíbrio, tais como choques de asteróides, terremotos ou a eclosão de novas e letais doenças.²⁴ Também não necessitam destacar algumas variáveis como melhores que outras: o que significaria as variáveis independentes para a galáxia de Andrômeda, para a costa da Noruega ou para os pássaros fringílideos de Darwin?²⁵ O reducionismo nesses campos é somente um meio para se chegar à síntese. Não é um fim – nem um método – em si mesmo.

Essas disciplinas trabalham, como já vimos, depreendendo os processos das estruturas, adequando representações a realidades, sem privilegiar a indução nem a dedução, permanecendo abertas – a palavra é *conciliação* – sobre como as percepções extraídas de um campo podem esclarecer outro. E há um direcionamento em todas

elas que nos permitem interpretar um sentido ao passado e, ainda, de um modo muito generalizado, prever o futuro. Elas cumprem o requisitos do papel da ciência, qual seja, de explicar, prever e gera um consenso sobre a validade de seus resultados. Entretanto, será que tal abordagem ecológica funcionaria no âmbito dos assuntos humanos?

Alguns cientistas sociais começaram a explorar essa possibilidade. O crescente movimento do “construtivismo” no campo da ciência política enfatiza a *evolução* de idéias e instituições: como nas ciências naturais, observa Alexander Wendt, a ênfase está em “explicar por que uma coisa leva a outra, e como... coisas são reunidas para ter poder causal”.²⁶ O “novo historicismo” no campo da sociologia questiona a tendência de buscar generalizações universais separadas do tempo e espaço.²⁷ Os economistas “behavioristas” estão mudando o hábito, muito visível em seu campo, de valorizar modelos em detrimento da prova.²⁸ E, inspirados em grande parte pelo trabalho de Alexander George, os teóricos de relações internacionais começaram a acolher as técnicas de casos de estudos comparados, que resistem ao reducionismo, enquanto encorajam uma perspectiva ecológica.²⁹

Não obstante, o reducionismo permanece como o modo dominante de investigação em ciências sociais: os historiadores são ainda os praticantes principais de uma abordagem ecológica do estudo das questões humanas. Pode-se entender esse fato ao explorar em detalhes a relação entre a explanação e a generalização, tal como os historiadores e os cientistas sociais tradicionalmente a compreendem.

V

Comete-se um grande erro ao proclamar que os historiadores rejeitam a utilização da teoria, visto que a teoria é no final uma generalização, e sem ela os historiadores não teriam o que dizer. As palavras que usamos generalizam realidades complexas – por exemplo, “pas-

sado”, “presente” e “futuro” – e dificilmente poderíamos nos abster delas.³⁰ Em geral, *introduzimos nossas generalizações em nossas narrativas*. Ao tentar mostrar como os processos passados produziram as estruturas atuais, recorremos a diversas teorias para que possamos realizar nossa tarefa. Em razão de o passado ser infinitamente divisível, temos que realizá-la, dando um sentido ao ponto que tentamos explicar. A explanação, no entanto, é nossa principal prioridade; portanto, subordinamos nossas generalizações a ela. Estamos interessados, como E. H. Carr apontou, “no que é geral no singular”.³¹ Generalizamos com objetivos específicos e, por isso, praticamos uma *generalização especial*.

Os cientistas sociais, ao contrário, tendem a *introduzir narrativas dentro de generalizações*. Sua finalidade precípua é confirmar ou refutar uma hipótese, e, assim, eles subordinam a narrativa a essa tarefa. “Informações desagregadas ou observações de um tempo diferente, ou mesmo de uma outra parte do mundo, podem fornecer inferências adicionais a uma teoria”, como afirmaram três ilustres especialistas. “Podemos não estar interessados de modo algum nessas deduções subsidiárias, mas se elas são consistentes com a teoria, como previsível, nos auxiliará a ter mais confiança no poder e na aplicação da teoria.”³² A teoria portanto vem primeiro, junto com a explicação necessária para confirmá-la. Os cientistas sociais particularizam, visando a objetivos gerais e, por isso, eles realizam uma *particularização generalizada*.³³

Essa distinção entre a teoria incorporada e a englobada – entre a generalização cravada em um tempo preciso e a generalização para o tempo como um todo – suscita um comportamento diferente dos historiadores em relação a seus colegas do campo das ciências sociais, em diversas formas importantes:

Os historiadores trabalham com generalizações limitadas e não universais. Raramente reivindicamos aplicabilidade para nossas descobertas além de tempos e locais específicos. Embora tenha argumentado, em *We Now Know*, que a estrutura do regime ditatorial de Stalin tornou-a insensível ao impacto de suas ações além de suas

fronteiras, esta não é uma asserção que defendo para *todas* as ditaduras. Nem, a despeito deste meu comentário acerca de Stalin, insisto que os ditadores *sempre* projetam seus comportamentos domésticos no mundo em geral.³⁴

Essas generalizações não precisam ser universais, contudo, para terem uma ampla aplicabilidade. Os historiadores estão preparados para apreender tendências ou padrões: com certeza não existem leis a ser aplicadas todo o tempo, mas algumas certamente têm utilidade. Se tivermos de fazer todos os nossos julgamentos sobre a realidade só baseados em leis, estaríamos – em razão da pequena quantidade de tais leis – muito fora de contato com grande parte da realidade. Qualquer pessoa que procure estabelecer “as permanentes e imutáveis leis da natureza humana”, Collingwood adverte, está equivocado quanto “às condições transitórias de uma determinada época histórica com as condições permanentes da vida humana”.³⁵

Minha observação genérica sobre Stalin pode servir de base para comparações com outras ditaduras, ou democracias, ou ainda com outras formas de governo.³⁶ Isso levou-me a reconsiderar uma proposição que assimilei há muito tempo das teorias “realistas” elaboradas por teóricos em relações internacionais: que as democracias têm mais dificuldades do que as autocracias em alinhar sua política com seus interesses.³⁷ Mas minha hipótese retificada se aplicaria, por exemplo, à China na era pós-Guerra Fria? Neste ponto, e muitos historiadores tergiversariam, fazendo eco às palavras supostamente ditas por Zhou Enlai sobre a Revolução Francesa: “É muito cedo para dizer algo.”

Os historiadores acreditam em causalidade contingente e não categórica. “Tudo depende”, continuaríamos, antes de levar adiante a previsão de que o futuro da China (ou qualquer outro que possa ser) provavelmente dependerá. Como observou o filósofo Michael Oakeshott, os historiadores têm uma percepção da realidade como uma rede de eventos interligados em um sistema, em que vemos tudo conectado de alguma forma a outros fatos.³⁸ Por esse motivo,

não está claro para nós como uma variável possa ser realmente independente.

Porém, isso não significa que somos obrigados a remontar cada causalidade causal à época do *Big Bang*. Quanto mais profundo um processo se localiza no passado, menos peso os historiadores lhe darão para explicar as estruturas resultantes. Stalin dificilmente poderia ter coletivizado a agricultura na União Soviética, se os povos pré-históricos não tivessem domesticado as colheitas e os animais milhões de anos antes, mas os historiadores especializados no tema da coletivização não se sentem pressionados a mencionar esse ponto.³⁹ Separamos ligações distintas das rotineiras nas relações causais: ao relatar o que aconteceu em Hiroshima, em 6 de agosto de 1945, damos muita mais importância à ordem do presidente Truman de jogar uma bomba atômica nesta cidade do que a decisão da Força Aérea de obedecer sua ordem.⁴⁰ Tentamos identificar pontos de “dependência sensível nas condições iniciais”, nos quais ações específicas têm consequências mais abrangentes do que seriam esperadas: uma briga sobre a chave da Igreja da Natividade em Belém ocasionou – segundo a observação do historiador Trevor Royle – a eclosão da Guerra da Criméia.⁴¹

Os historiadores rejeitam, no entanto, a doutrina da causalidade imaculada, que parece estar implícita na idéia de que podemos identificar, sem referências às ações precedentes, algo como uma variável independente. As causas sempre têm antecedentes. Podemos ordenar sua significância relativa, mas seria irresponsável procurar isolar – ou “dissociar” – causas isoladas de eventos complexos. Vemos a história como um processo de causas múltiplas e suas interseções. As interconexões são mais importantes para nós do que o entesouramento das variáveis específicas.⁴² Assim, vemos que:

Os historiadores preferem simulações à modelagem. Os cientistas sociais tentam reduzir o número de variáveis com as quais têm de lidar para facilitar o cálculo; assim, simplificam a tarefa de prognosticar. Mas se os eventos têm causas complexas, a previsão baseada

em causas simples provavelmente não funcionará tão bem.⁴³ Conscientes desse fato, os historiadores preferem evitar de qualquer forma os prognósticos, o que os deixam livres para incorporar tantas variáveis quantas forem necessárias para sua “retroencenação”. Existe um dado significativo aqui, contudo, que nos remete ao ponto de que, embora o passado nunca possa ser inteiramente conhecido, ele mais cognoscível do que o futuro.

O relato do passado requer uma narrativa – *simulando* o que aconteceu – mas não necessariamente modelando-o. Uma simulação, no sentido em que a uso, tenta ilustrar (não copiar) algum conjunto específico de eventos no passado. Um modelo procura mostrar como um sistema funcionou no passado mas, também, como ele será operacionalizado no futuro. As simulações não precisam de previsão; mas os modelos sim. Essa é razão pela qual estes dependem da parcimônia, pois quando os sistemas tornam-se complexos, as variáveis proliferam e o prognóstico torna-se impossível: *os sistemas se emaranham nos eventos*. Parcimônia, portanto, preserva a vida dos cientistas sociais: ela impede que eles se afoquem na complexidade.⁴⁴ Mas para os historiadores que flutuam nesse meio ela não é tão necessária.

Os historiadores reconstituem processos por meio do conhecimento das consequências. Os cientistas políticos passaram a utilizar a terminologia “reconstituição do processo” recentemente, o que sugere uma redescoberta da narrativa; e, na verdade, a técnica emprega a narrativa para construir casos de estudos comparativos. Entretanto, como assinalaram Andrew Bennett e Alexander George, a reconstituição do processo busca “não somente explicar casos específicos, mas, também, testar e precisar teorias para desenvolver novas teorias, e para produzir um conhecimento genérico de um dado fenômeno”. Em virtude da reconstituição do processo “converter uma narrativa histórica em uma explicação causal *analítica*... [ela] é substancialmente diferente da explanação histórica”.⁴⁵ Mesmo representando com acuidade o passado, a reconstituição do processo ainda procura predizer o futuro. Já a explanação histórica não precisa disso.

Podemos pensar, à primeira vista, que esse rastreamento seria mais “científico”, visto que se espera que a ciência produza previsões. Mas quando se trabalha com variáveis múltiplas interceptadas por longos períodos de tempo, as condições que prevalecem no início do processo garantem pouco o resultado final. “Ao alterar um evento do passado mesmo que ligeiramente”, escreveu o paleontólogo Stephen Jay Gould, “a evolução mergulha em um túnel radicalmente diferente.” Isso não quer dizer que a história da vida – e por inferência a história em geral – perca seus padrões: “A rota divergente... seria só interpretativa e explicativa do fato *após*, como a estrada atual. Mas a diversidade de possíveis itinerários demonstra que os resultados eventuais não podem ser vaticinados no início.”⁴⁶

Os historiadores generalizam, mas só a partir de conhecimentos de resultados determinados: isso é o que classifico de generalização específica. Depreendemos processos por meio de estruturas sobreviventes; porém, como sabemos que uma mudança nesses processos em algum momento poderia ter produzido uma estrutura diferente, fazemos poucas afirmações sobre o futuro. Para os historiadores, a generalização normalmente não significa prognosticar. Entretanto, isso é uma prática para os cientistas sociais: a reconstituição de processos é realizada com o intuito de *antecipar* conseqüências. A generalização envolve a previsão: é uma generalização particularizada. São dois projetos bem diferentes ao final, mas ambos são científicos.⁴⁷

IV

A distinção entre essas duas abordagens foi muito importante quando escrevi a história da Guerra Fria. Como muitos alunos de relações internacionais, havia ficado impressionado com a proposição contra-intuitiva de Kenneth Waltz (para mim, pelo menos) no sentido de que os sistemas bipolares são inerentemente mais estáveis do que os multipolares.⁴⁸ À medida que reflito sobre essa afirmação, mais ela faz sentido, e foi a percepção de Waltz que me

impulsionou em grande parte em direção à minha conclusão de que a rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética evoluiu gradualmente para uma “longa paz”.⁴⁹ Isso foi, agora percebo, um exemplo de teoria incorporada, ou uma generalização específica: usei o “neo-realismo” de Waltz para explicar uma conseqüência histórica em especial. Mas não tentei cingir toda a história da Guerra Fria em um quadro neo-realístico.

Waltz, no entanto, realizou essa proeza, e baseando-se nessa generalização específica fez uma previsão em 1979 de como a Guerra Fria acabaria. A hostilidade entre os soviéticos e americanos diminuiria, ele declarou, mas a bipolaridade permaneceria: “As barreiras para entrar no clube dos superpoderosos nunca foram tão elevadas e numerosas. O clube continuará a ser, por muito tempo, o mais exclusivo do mundo”.⁵⁰ Logo, ambas as afirmações de Waltz mostraram-se incorretas: a desconfiança entre Washington e Moscou atingiu níveis perigosos no início dos anos 80; porém, ao final desta década a bipolaridade havia virtualmente desaparecido.

Essa posição errônea de Waltz deveu-se ao seu reducionismo: sua definição de poder que concordava primazia com capacidades militares; sua insistência em fazer distinções marcantes entre o nível de fenômenos como sistema e unidade; e sua aspiração à universalidade, que obscureceu o papel da passagem do tempo como determinante no curso dos eventos.⁵¹ Em retrospecto, percebemos com clareza que um dos padrões mais significativos da história da Guerra Fria foram as capacidades assimétricas de evolução: embora os Estados Unidos e a União Soviética tenham começado sua rivalidade por possuírem poder em múltiplas dimensões – com certeza poderio militar, mas também ideológico, econômico e até mesmo moral – só os Estados Unidos e seus aliados retinham essa característica multidimensional, e, com isso, a capacidade de competir em um cenário internacional em mutação.⁵² A fim de antecipar as conseqüências da Guerra Fria, portanto, foi preciso ter uma teoria que se remetesse a esses diferentes tipos de poder, bem como aos cenários nos quais eles se manifestaram.

Teria sido isso possível? Creio que sim, porém, não conheço ninguém que tenha tentado. Todas essas questões levam-me a uma retrospectiva do texto a seguir sobre o fim da Guerra Fria extraído de *We Now Know*, no qual eu gostaria de ter tido a intuição e a imaginação para apresentá-lo como um prognóstico uma década mais cedo em *The Long Peace*.

Para visualizar o que aconteceu, imaginemos um *triceratops* em dificuldades. Do exterior, quando seus rivais contemplavam seu tamanho gigantesco, sua pele firme, seus rígidos armamentos e postura agressiva, o animal parecia tão formidável que ninguém se atrevia a provocá-lo. As aparências eram decepcionantes, contudo, porque seus sistemas digestivo, circulatório e respiratório estavam lentamente entupindo-se e, por fim, se paralisariam. Havia poucos sinais externos desses problemas até o dia em que o encontraram morto, com as quatro patas ao ar, ainda assustador, mas agora intumescido, imóvel. A moral dessa fábula é que os armamentos são exosqueletos que impressionam, mas que uma única concha não assegura a sobrevivência de um animal ou de um Estado.⁵³

Esse texto, é óbvio, é uma metáfora, não uma teoria. Mas algumas vezes as teorias não começam por metáforas? Sei que os cientistas políticos falam com frequência em bolas de bilhar, dominós, carros de bandas de música, troncos rolantes, dilemas de prisioneiros, caçadas de veados e galinhas – uma metáfora muito eclética sobre coisas variadas e pouco usuais! Por que, então, pode um dinossauro morto prover uma base para uma reconceitualização de teoria extraída, agora, não da física mas da medicina?

VII

Essa deveria ser a teoria: que a saúde e, por último, a sobrevivência dos Estados dependem da manutenção da combinação de sistemas de segurança para a vida de seus cidadãos, em equilíbrio entre eles,

e com seu cenário externo. Se um deles perde o autocontrole e nada for feito, seu colapso pode afetar todos os outros. O tratamento requer especialistas, mas nenhum especialista será bem-sucedido se não levar em consideração o organismo como um todo, sua história e o ecossistema circundante. Os médicos, em resumo, podem nos oferecer muitos jovens calouros como assistentes de laboratório, na tentativa de entender as relações internacionais em função dos Estados nos quais elas ocorrem.⁵⁴

Mas essa digressão é só para voltarmos à narrativa, pois o trabalho dos médicos ao tratar seus pacientes reconstitui múltiplos processos inter-relacionados ao longo do tempo, referindo-os uns aos outros e com eles mesmos, para que o todo possa se beneficiar. Os médicos generalizam, porém, só numa base limitada, porque precisam considerar as particularidades de seus pacientes, bem como as singularidades de suas doenças. Nenhum médico trataria o coração sem levar em conta seus efeitos no sistema vascular, nos pulmões, nos rins e no cérebro: mesmo na era da especialização os médicos ainda precisam sentir o paciente como um todo. Eles com certeza não confiam em uma explicação unilateral para a doença ou saúde, nem querem depender de um único remédio. Tampouco excluem o papel do tempo, tanto como um inimigo ou um aliado na arte de curar.⁵⁵

Os médicos lidam, portanto, com o paradoxo da generalização específica todo o tempo. Assim como os paleontólogos, biólogos evolucionistas, astrônomos, cartógrafos, historiadores – na verdade atrevo-me a dizer, a maioria de nós em muitos aspectos de nosso dia-a-dia. Essas questões suscitam de novo a pergunta: de onde vem, na verdade, o impulso para a generalização específica no campo das ciências sociais?

Talvez a profissionalização tenha produzido um “narcisismo de diferenças entre minorias”: grupos com frequência definem-se mostrando a diferença em relação a seus vizinhos.⁵⁶ Talvez seja uma confusão entre forma e função: a pureza metodológica tem primazia nas discussões teóricas sobre perguntas simples como “Para que

isso serve"? Por vezes é um mal-entendido de como as ciências "exatas" operam, pois as generalizações particularistas são abundantes em muitas delas. Ou talvez seja só inveja dos físicos.

Qualquer que seja a explicação, os temas abordados neste capítulo tocam o cerne do que consideramos como "científico". Com certeza significa buscar "um consenso da opinião racional sobre um maior campo possível", como John Ziman escreveu.⁵⁷ Mas penso também que significa conectar esse consenso com o mundo real. Quando a única maneira de se obter um consenso é separando-o da realidade – quando se valoriza mais a estrutura de suas generalizações do que as substâncias que elas transmitem – então, creio que arriscamos retornar ao tipo de pensamento que existia antes das revoluções científicas dos séculos XVII e XVIII, quando as descobertas de Aristóteles, Galileu ou Ptolomeu eram respeitadas a despeito da prova contraditória que se estendia aos olhos de todos. Como meu antigo colega de Yale, Rogers Smith, sublinhou: "Elegância não vale este preço."⁵⁸

Atualmente, a maior parte dos cientistas naturais riria com desdém ante a perspectiva de pagar esse preço, como também a maioria dos historiadores. Mas quanto aos cientistas sociais? Não posso me furtar a pensar se a insistência em distinguir variáveis independentes das dependentes não se tornou, no âmbito de algumas ciências sociais, mais um teste pré-científico de identidade do que um método coerente de pesquisa. Parece ser algo que se faça para provar suas credenciais, para se alinhar à ortodoxia, para mostrar maior respeito pela autoridade do que pela realidade.⁵⁹ Mas existe algo muito além disso em que a técnica tenha êxito? Se não há, talvez a "exclusão" deva ser deixada para uma profissão que possa fazer melhor uso. Como os cabeleireiros.

Capítulo 5

CAOS E COMPLEXIDADE

CONCLUI O ÚLTIMO CAPÍTULO com a sugestão – deliberadamente polêmica, temo – de que os métodos dos historiadores se aproximam mais dos de alguns cientistas naturais do que da maioria dos cientistas sociais. A razão, aponteí, é que muitos cientistas sociais, no esforço de especificar variáveis independentes, perderam de vista um requisito básico da teoria, que é justificar a realidade. Eles reduzem a complexidade em simplicidade para antecipar o futuro, mas ao fazer isso simplificam em demasia o passado.

Não é surpreendente que essas tendências tenham colocado os cientistas sociais em disputa com os historiadores em geral; e, sem dúvida, o que escrevi, sobretudo a menção aos historiadores, causará uma reação desfavorável em alguns cientistas sociais. Mas as ciências sociais também divergiram dos métodos dos cientistas ditos "exatos", que não confiam só em experiências reproduzíveis para comprovar suas descobertas – na prática a réplica do tempo, a manipulação das variáveis que ela admite e sua identificação subsequente como independente ou dependente. Áreas como astronomia, geologia, paleontologia, biologia evolucionista e medicina não se confinam com facilidade a laboratórios. Elas preocupam-se.